

REIT SECURITIZADORA RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
informações contábeis intermediárias

Referente ao 1º trimestre de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações de resultado abrangente	7
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

Aos
Administradores e Acionistas da
REIT SECURITIZADORA RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da **REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A. (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração dos Valores Adicionados

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração dos Valores Adicionados. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração dos valores adicionados não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.032	14
Emissão de títulos	5	49.745	20.517
Contas a receber		815	503
Impostos a recuperar		71	70
		<u>51.663</u>	<u>21.104</u>
Não Circulante			
Créditos contratuais		593	660
Empréstimos concedidos	8	2.251	2.125
Imobilizado/Intangível		54	43
		<u>2.898</u>	<u>2.828</u>
Total do Ativo		<u>54.561</u>	<u>23.932</u>
Passivo			
Circulante			
Direitos creditórios a pagar	7	49.745	20.517
Salários e encargos sociais		5	7
Impostos e contribuições a recolher		277	194
Outras contas a pagar	6	2.122	1.064
		<u>52.149</u>	<u>21.782</u>
Não Circulante			
Contas a pagar	8	3	3
		<u>3</u>	<u>3</u>
Patrimônio líquido	9		
Capital social		1.358	1.358
Reserva legal		213	213
Reserva de lucros		576	576
Lucros acumulados		262	-
		<u>2.409</u>	<u>2.147</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>54.561</u>	<u>23.932</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
Demonstração dos resultados
Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita operacional líquida	10	675	250
Custo com emissão		(24)	(84)
Lucro bruto		651	166
Despesas operacionais			
Despesas de pessoal		(32)	(73)
Despesas gerais e administrativas	11	(37)	(56)
Despesas tributárias		(16)	(17)
Serviços prestados por terceiros	12	(267)	(305)
Depreciação		(4)	(4)
Total		(356)	(455)
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro		295	(289)
Receitas financeiras		33	29
Despesas financeiras		(46)	(58)
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		282	(318)
Imposto de renda e contribuição social		(20)	
Lucro (Prejuízo) do período		262	(318)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Lucro (Prejuízo) do período	262	(318)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	<u>262</u>	<u>(318)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Retenção de Lucros</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.358	213	141	-	1.712
Prejuízo do período	-	-	-	(318)	(318)
Saldos em 31 de Março de 2020	1.358	213	141	(318)	1.394
Ajuste da reserva de lucro de exercícios anteriores	-	-	459	-	459
Compensação de prejuízo com dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	53	53
Lucro do período	-	-	-	241	241
Compensação de prejuízo com reserva de lucro	-	-	(24)	24	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.358	213	576	-	2.147
Lucro do período	-	-	-	262	262
Saldos em 31 de Março de 2021	1.358	213	576	262	2.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do período	262	(318)
Depreciação	4	4
Juros sobre empréstimos	(33)	(11)
Variações nos ativos e passivos		
Emissão de títulos de CRI	(29.228)	1.977
Créditos contratuais	67	(3)
Outros créditos		(26)
Contas a receber	(312)	
Direitos creditórios a pagar	29.228	(1.977)
Salários e encargos sociais	(2)	35
Impostos e contribuições a recolher	83	(136)
Contas a pagar	(0)	(15)
Outras contas a pagar	1.058	212
Fluxo de caixa aplicado nas (consumido nas) atividades operacionais	<u>1.127</u>	<u>(258)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado e intangível	(15)	(6)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	<u>(15)</u>	<u>(6)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(94)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(94)</u>	<u>-</u>
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.018</u>	<u>(264)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14	2.120
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>1.032</u>	<u>1.856</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração dos valores adicionados

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	31/03/2021	31/03/2020
RECEITA		
Receita	747	270
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	(24)	(84)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros	(284)	(325)
Depreciação	(4)	(4)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	435	(143)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	33	29
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	468	(114)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
<u>Pessoa</u>		
Remuneração direta	19	50
Outros benefícios	13	11
FGTS	-	12
	32	73
<u>Tributos</u>		
Federais	58	17
Municipais	37	7
	95	24
<u>Remuneração do capital de terceiros</u>		
Arrendamentos e aluguéis	20	14
Juros	25	34
Despesas bancárias	17	20
Outros	17	39
	79	107
<u>Remuneração da capital próprios</u>		
Lucro (Prejuízo) do período	262	(318)
	468	(114)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1 Contexto operacional

A Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. (“Companhia”), constituída em 19 de janeiro de 2011 tem como objeto social a securitização de créditos. Sua sede está localizada na Avenida Rio Branco, 181 Sala 711, Centro, Rio de Janeiro - RJ, e a companhia está registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro “JUCERJA” sob o Nire nº 33.3.0030367-7.

A alteração de endereço da sede do Estado de São Paulo para o Rio de Janeiro foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012.

A Companhia solicitou seu registro junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, como emissor de valores mobiliários na categoria “B”, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 480/2009, concedido em 10 de maio de 2012, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº 012/2012.

O aumento do Capital Social de R\$1.000,00 para R\$1.358.000,00 da Companhia foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015.

Até 31 de março de 2021, a Companhia mantém as seguintes emissões de CRI e CRA em vigor:

1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), adquiridas do cedente VALLE Empreendimentos Imobiliários Ltda (“VALLE” ou “Cedente”), sendo GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda o agente fiduciário da operação.

3ª Série da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), adquiridas do cedente PRATAFORTE Administração e Participações S.A. (“PRATAFORTE” ou “Cedente”), sendo a Planner Trustee DTVM Ltda. o agente fiduciário da operação. Ocorreu a recompra facultativa dos créditos cedidos pelo cedente, resultando no resgate antecipado da totalidade dos CRIs pelo saldo apurado em 19/03/2021 no valor de R\$ 19.201.533,95, cessando assim o fluxo de pagamento futuro previsto.

5ª Série da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), adquiridas do cedente SOCICAM Administração, Projetos e Representações Ltda (“SOCICAM” ou “Cedente”), sendo a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda o novo agente fiduciário da operação, conforme AGT do dia 18 de maio de 2020. De acordo com a AGT de 22 de janeiro de 2021, o agente fiduciário SLW foi substituído pela Planner Corretora de Valores S/A.

8ª e 9ª Séries da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), adquiridas do cedente SOCICAM Administração, Projetos e Representações Ltda (“SOCICAM” ou “Cedente”), sendo a Planner Corretora de Valores S.A o novo agente fiduciário da operação, conforme AGT do dia 17 de setembro de 2020.

10ª Séries da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), adquiridas do cedente Maluú Ilha do Sol Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. (“MALUÚ” ou “Cedente”), sendo a GDC Partners Serviços

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., o agente fiduciário da operação.

Empreendimentos Jardim Europa Alpinópolis Ltda (“Cedente 2” ou “Cedentes”) e SKY Construções e Empreendimentos Imobiliários Jardim Primavera Alterosa Ltda (“Cedente 3” ou “Cedentes”), sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação.

16ª e 17ª Séries da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) adquiridas do cedente Família Paulista Companhia Hipotecária (“Cedente CCB”) e Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), adquiridas do cedente SPE Marica 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda (“SPE Marica” ou “Cedente Vendas”), sendo a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda o agente fiduciário da operação.

18ª e 19ª Séries da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”) adquiridas do cedente SOCICAM ADMINISTRAÇÃO, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES LTDA (“Socicam” ou “Cedente”), sendo a Planner Corretora de Valores S.A o novo agente fiduciário da operação, conforme AGT do dia 17 de novembro de 2020.

20ª Série da 2ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”) adquiridas do cedente SPE CONCESSIONÁRIA VOE XAP S.A., (“SPE Voe Xap” ou “Cedente”), sendo a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda o agente fiduciário da operação.

Série única da 1ª Emissão: securitização de direitos creditórios do agronegócio oriundos de Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) adquiridas do cedente BANCO PAULISTA S/A (“Cedente”), emitidas pela PANTANAL AGRÍCOLA LTDA (“Devedora”) sendo a Planner Corretora de Valores S.A o novo agente fiduciário da operação, conforme AGT do dia 25 de novembro de 2020.

Série única da 2ª Emissão: securitização de direitos creditórios do agronegócio oriundos de Cédulas de Crédito à Exportação (“CCE”) adquiridas do cedente BANCO PAULISTA S/A (“Cedente”), emitidas pela COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (“Devedora”) sendo a Planner Corretora de Valores S.A o novo agente fiduciário da operação, conforme AGT do dia 25 de novembro de 2020.

Série única da 3ª Emissão: securitização de direitos creditórios do agronegócio oriundos de Cédulas de Crédito à Exportação (“CCE”), adquiridas do cedente BANCO PAULISTA S/A (“Cedente”), emitidas pela PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (“Devedora”) sendo a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda o agente fiduciário da operação.

Série única da 4ª Emissão: securitização de direitos creditórios do agronegócio oriundos de Cédulas de Crédito à Exportação (“CCE”), adquiridas do cedente BANCO PAULISTA S/A (“Cedente”), emitidas pela MOINHO IGUAÇU AGROINDUSTRIAL S.A. (“Devedora”), sendo a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. o agente fiduciário da operação

individualizada e auditadas, devendo ser entregues a CVM relativas a cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis às sociedades anônimas.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela diretoria em 26 de abril de 2021.

2.2 Base da mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- (i) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas.

2.5 Atendimento à instrução CVM 414/04

A instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas aos resgates dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações na Nota Explicativa nº5.

2.6 Informações Complementares acerca da Emissão de CRI/CRA

Com a publicação da Instrução CVM 600 datada de 01 de agosto de 2018 que, dentre outras disposições, regulamenta e padroniza a divulgação das demonstrações contábeis fiduciárias, sendo instituídas novas instruções envolvendo Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela CVM, destacamos o art. 34 dessa ICVM que acrescentou à instrução CVM nº 480, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer, em se tratando de companhia securitizadora, a apresentação das demonstrações de cada patrimônio de forma individualizada e auditadas, devendo ser entregues a CVM relativas a cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis às sociedades anônimas.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, exceto pelas reclassificações/ajustes feitos nos saldos correspondentes para estarem em conformidade com a apresentação do exercício corrente.

3.1 Moeda estrangeira

No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não-derivativos

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, conta corrente com patrimônio fiduciário, certificados de recebíveis imobiliários e outros valores a receber.

Os passivos financeiros são representados pelos dividendos a pagar, direitos creditórios a pagar e outras contas a pagar.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos bancários, em espécie ou aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A aplicação é considerada de curto prazo quando possui vencimento de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.4 Certificados de recebíveis imobiliários

São representados por certificados de recebíveis imobiliários emitidos a partir de direitos creditórios adquiridos de operação de cessão créditos imobiliários com a coobrigação do cedente.

São registrados pelo seu valor de aquisição e emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por projeto. Caso haja créditos com liquidação duvidosa, tais créditos podem ser devolvidos às empresas de quem a Companhia os comprou ou pode haver a troca dos mesmos por outros, de acordo com as condições de coobrigação dos contratos de compra de recebíveis, não sendo aplicável, portanto, a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.5 Passivos financeiros e não-derivativos

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros a custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

O passivo financeiro da Companhia inclui os direitos creditórios a pagar e outros valores a pagar.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativos e passivos financeiros.

3.6 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas em função de evento passado, quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada

de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do exercício da operação de acordo com o fluxo de recebimento dos recebíveis.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Bancos	1.032	14
	1.032	14

5 Emissão de títulos - CRI 2ª emissão

Saldo representa os certificados de recebíveis imobiliários emitidos a partir de recebíveis imobiliários adquiridos dos cedentes VALLE, SOCICAM IV, SKY, SPE MARICÁ 1 - "PRÓ LOTES" e SPE VOE XAP, registrados pelo valor de aquisição e emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos.

CEDENTE	TIPO	QTD. DISPONIVEL P/ VENDA	SALDO ATUALIZADO 2021
VALLE - CRI 37	SUBORDINADO	37	9.248
SOCICAM IV - CRI 27	SUBORDINADO	21	7.806
SKY CRI 3	SUBORDINADO	3	1.504
PRO-LOTES - CRI 83	SUBORDINADO	83	2.295
SPE VOE XAP	SÊNIOR	28.788	28.892
TOTAL		28.932	49.745

6 Outras contas a pagar

	31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores	13	4
Empréstimo Itaú - Conta Vinculada (a)	720	680
Adiantamento Patrimônios de Afetação	1.210	234
Outros	179	146
	2.122	1.064

- (a) Utilização de limite de crédito disponibilizado pelo banco Itaú em conta corrente, conforme Cédula de Crédito Bancário (CCB). Os encargos estão sendo pagos mensalmente.

7 Direitos Creditórios a pagar

Valor a pagar pela aquisição dos recebíveis imobiliários, representados pelas cédulas de crédito imobiliário, objeto do lastro dos certificados de créditos imobiliários da 2ª Emissão das Operações Valle, Socicam IV, SKY, SPE Maricá 1 (Pró Lotes) e SPE VOE XAP.

CEDENTE	TIPO	QTD. DISPONÍVEL P/ VENDA	SALDO ATUALIZADO 2021
VALLE - CRI 37	SUBORDINADO	37	9.248
SOCICAM IV - CRI 27	SUBORDINADO	21	7.806
SKY CRI 3	SUBORDINADO	3	1.504
PRO-LOTES - CRI 83	SUBORDINADO	83	2.295
SPE VOE XAP	SÊNIOR	28.788	28.892
TOTAL		28.932	49.745

8 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2021, os saldos com partes relacionadas eram os seguintes:

Ativo

	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos Concedidos	2.251	2.125
	2.251	2.125

Passivo

	31/03/2021	31/12/2020
Contas a pagar	3	3
	<u>3</u>	<u>3</u>

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 1.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 1, totalmente integralizado.

b. Reserva legal

Constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo 20% do Capital Social da Companhia.

c. Reserva de retenção de lucros

Representa a parcela do lucro apurado em 2019, após a constituição da Reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, sem destinação específica, e ainda não distribuída, que será submetida à aprovação em Assembleia.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores foi transferido ao patrimônio líquido, devido a sua não distribuição ao longo deste exercício.

10 Receita operacional líquida

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas de estruturação	747	270
Pis	(5)	(2)
Cofins	(30)	(12)
ISS	(37)	(6)
Receita operacional líquida	<u>675</u>	<u>250</u>

11 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Aluguel	(20)	(14)
Telefonia e informática	(6)	(9)
Despesas de viagem	(8)	(25)
Serviços administrativos	(2)	(1)
Outras despesas	(1)	(7)
	<u>(37)</u>	<u>(56)</u>

12 Serviços prestados por terceiros

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Assessorias e Consultorias	(52)	(61)
Cursos e treinamentos	-	(5)
Seguros	(2)	(2)
Informática	(13)	(12)
Outros serviços	(200)	(225)
	<u>(267)</u>	<u>(305)</u>

13 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são bancos e operações compromissadas, em condições normais de mercado, reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 4.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de

investimentos financeiros.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os principais saldos expostos a riscos de créditos são caixa e equivalentes de caixa, emissão de títulos e outros valores a receber conforme demonstrado no balanço patrimonial.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de exigências previstas em contratos de CRI.

14 Contingências

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, não tem conhecimento de ações judiciais classificadas como perda provável, sejam de natureza trabalhista, tributária ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2021 e nas demonstrações financeiras do exercício 31 de dezembro de 2020.

A contingência com prognóstico de perda possível está classificada como ação cível, cujo valor atualizado está em R\$ 25.005,24 (vinte e cinco mil, cinco reais e vinte e quatro centavos).

Adicionalmente, a Companhia foi citada como devedora solidária em processo trabalhista de outra Empresa do Grupo, no valor de R\$ 64.027,14, com classificação de perda possível.

15 Informações complementares – Pandemia do novo Coronavírus

A administração da Companhia, visando prestar as informações necessárias aos seus parceiros, investidores e acionistas, entende que, no momento, a crise ocasionada pela Pandemia da COVID19, não tem impacto relevante nos negócios da Companhia ou na geração de receitas recorrentes. Contudo, passado o período de quarentena social, a empresa retomou suas atividades presenciais e adotou todas as medidas necessárias de prevenção, conforme determinado pelos Órgãos Governamentais, como forma de preservar a saúde de seus colaboradores, evitando assim, qualquer risco para sua equipe.

A Companhia orientou, também, seus fornecedores a adotarem as medidas indicadas pelos Órgãos Governamentais.

Caso a situação mude, a Companhia irá reavaliar e informar pelos meios adequados, caso sejam necessárias ações ou providências para mitigar os impactos da crise em nossos negócios.

16 Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, além da auditoria externa.

17 Eventos subsequentes

No período de 31 de março de 2021 até a data da emissão deste relatório, não foi identificado nenhum fato a ser considerado como evento subsequente.